	NTS - NORMA TÉCNICA DE SEGURANÇA		
	Assunto: EPI - EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL		
Nº: NTS 001/19	Data de Aprovação: 30/04/2019	Data de Emissão: 09/05/2019	Página: Página 1 de 3
DIRETORIA EXECUTIVA			

1. OBJETIVO

Estabelecer regras e procedimentos quanto à obrigatoriedade do uso dos EPIs - Equipamentos de Proteção Individual para os colaboradores da Cooperalfa e terceirizados, conforme exigência requerida pela natureza do trabalho.

2. DEFINIÇÕES

EPI - Equipamento de Proteção Individual: é todo o dispositivo de uso pessoal destinado a preservar a saúde e a integridade física do colaborador no exercício de suas funções;

CA - Certificado de Aprovação: é o documento emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego para cada EPI, com laudos realizados por laboratórios credenciados.

OS - Ordem de Serviço: documento que o empregador deve elaborar dando ciência aos colaboradores sobre os riscos existentes no ambiente de trabalho.

3. FORNECIMENTO DO EPI

A Cooperalfa fornecerá aos colaboradores os EPIs em perfeito estado de higiene e conservação, quando estes executarem trabalhos em locais com a presença de agentes agressivos que possam causar danos a sua saúde e integridade física.

4. RESPONSABILIDADES

4.1 SESMT - Serviço de Segurança e Medicina do Trabalho

- Recomendar o equipamento mais adequado, conforme o risco da atividade;
- Treinar os colaboradores para o uso correto dos EPIs;
- Determinar a forma de higienização e manutenção periódica dos EPIs;
- Inspecionar a qualidade dos EPIs adquiridos e seu respectivo uso;
- Registrar o fornecimento de EPIs ao colaborador em meio eletrônico;
- Comunicar ao Gerente ou Encarregado do colaborador, quando este for flagrado exposto a riscos desprovido de EPIs.

4.2 Colaboradores

- É obrigado usar os EPIs nos trabalhos com exposição aos riscos mapeados pelo SESMT;
- Usar os EPIs somente para a finalidade a que se destina;
- Responsabilizar-se pela guarda, higienização e conservação dos EPIs;
- Comunicar ao seu superior imediato qualquer alteração que torne o EPI impróprio para o uso.

4.3 Gerentes e Encarregados

- Exigir do colaborador o uso correto dos EPIs, devendo advertir ou punir o mesmo caso não esteja usando os equipamentos, conforme procedimentos do item 5.
- Manter as FICHAS CONTROLE DE EPIs (respiradores descartáveis) para os colaboradores atualizadas, inclusive com a assinatura.
- As fichas de controle de EPIs enviadas pelo SESMT para coleta de assinatura deverão ser devolvidas num prazo máximo de 30 (trinta) dias.



- d) O Encarregado ou Gerente é responsável pelo controle de fornecimento de todos os EPIs autorizados e fornecidos para colaboradores terceirizados (sindicato e Employer), mantendo as fichas de controle de EPIs atualizadas, inclusive com a assinatura.

4.4 Suprimentos

- a) Adquirir EPIs adequado ao risco de cada função, conforme as especificações técnicas indicadas pelo SESMT;
b) Solicitar ao fornecedor de EPIs cópia autenticada do CA - Certificado de Aprovação quando da aquisição dos EPIs.
c) Manter o estoque mínimo de cada EPI, com boa margem de segurança, evitando assim que ocorra a falta de EPIs para reposição aos colaboradores.

4.5 Controle de fornecimento, reposição e devolução de EPIs

- d) Na admissão, será fornecido ao colaborador todos os EPIs indicados para o cargo, conforme descrito no PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais.
e) A substituição dos EPIs será de acordo com o prazo de validade estipulado no PPRA. Caso ocorra desgaste do EPI dentro da vida útil, o SESMT junto com o Encarregado ou Gerente analisarão as causas do desgaste.
f) O colaborador deve devolver os EPIs avariado ou desgastado para o Encarregado ou Gerente, que deverá fazer a destruição e descarte em local adequado. Na demissão, o colaborador deve devolver todos os EPIs para o Encarregado ou Gerente, higienizados, que reaproveitará os EPIs em condições de uso, repassando para outros colaboradores. Posteriormente, deve informar ao SESMT o nome do colaborador que o EPI foi repassado, para anotação na ficha de controle de EPIs.
g) A solicitação de EPIs para reposição deve ser feita para o SESMT via email do Cooperat, informando nome e matrícula do colaborador, tipo dos EPIs, número e tamanho. É proibido baixar EPIs do estoque da filial, bem como solicitar direto ao Setor de Materiais.
h) A solicitação de EPIs é permitida somente para reposição, ficando proibido manter estoque de EPIs na filial, exceto naquelas filiais que tem programas de biossegurança e segurança alimentar.
i) Em caso de perda e danos por negligência, sendo o EPI um patrimônio da Cooperalfa, a reposição do novo EPI será cobrada do colaborador.

5. OCORRÊNCIA DE INFRAÇÃO

O colaborador infrator será punido conforme a gravidade e reincidências, seguindo a seguinte ordem:

- Advertência por escrito;
- Suspensão (1, 2 e 3 dias, de acordo com a incidência);
- Demissão por justa causa.

O colaborador da Cooperalfa que não usar os EPIs indicados para a função será punido conforme sequência do item 5, implicando com isso na perda parcial do "SOMA" em caso de advertência por escrito e perda total quando for punido com suspensão;

Caso seja constatado um colaborador executando trabalhos desprovido de EPIs, com a complacência das lideranças, as penalidades previstas nesta norma também serão aplicadas ao Encarregado ou Gerente.

6. EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇO



Os colaboradores das empresas contratadas e subcontratadas são obrigados a usar os EPIs, quando o risco e o tipo de trabalho a ser realizado exigir. O fornecimento, controle de entrega em fichas e exigência do uso será de responsabilidade das empresas envolvidas na execução da obra ou serviço.

6.1 Definição do uso

A necessidade ou não do uso de EPIs para execução dos trabalhos, será definido pelo SESMT conforme exigência das Normas Regulamentadoras vigentes.

6.2 Fornecimento de EPI's

A responsabilidade pelo fornecimento dos EPI's para os colaboradores terceirizados será das empresas contratadas e subcontratadas para o serviço.

6.3 Fiscalização do uso dos EPIs

A fiscalização e cobrança do uso dos EPI's será feita pelo Encarregado ou Gerente da área/filial onde está sendo realizado o serviço;

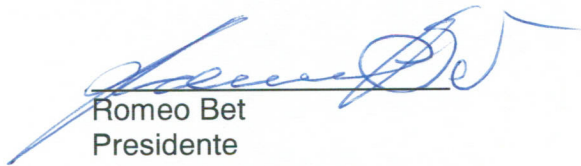
O colaborador terceirizado que não usar os EPI's indicados para o trabalho que está sendo executado, deve ser advertido por escrito pela empresa contratada ou subcontratada. Ocorrendo reincidência, o colaborador infrator será impedido de realizar trabalhos nas dependências da Cooperalfa.

7. CONSIDERAÇÕES GERAIS

7.1 Os procedimentos aqui apresentados obedecem ao que determina a CLT em seu artigo 158, parágrafo único, letra "b" e Norma Regulamentadora NR 06, itens 6.1, 6.6.1, 6.7.1 e suas alíneas;

7.2 Revisão desta Norma Técnica de Segurança número 03.


7.3 Revoga-se a Circular 017/07 de 13/09/2007.



Romeo Bet
Presidente



Cládis Jorge Furlanetto
1º Vice-Presidente



Edilamar Wons
2º Vice-Presidente

Vistos:

Janete Volpatto:

Nei João Parabocz:



Gentil Santin:



Vinícius Dallacorte Corrêa: